

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Globo Class.: Mineração em Ats
Data: 13/08/87 Pg.: OB 169

Funai cria reservas onde se exploram minérios

PEDRO PAULO REZENDE

BRASÍLIA — Novas reservas indígenas estão sendo criadas em áreas onde o Projeto Radam detectou ocorrências de minerais e metais nobres. Esta constatação foi feita em um relatório oficial e reservado do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), e que responde às acusações da Confederação Nacional de Geologia e do Conselho Especial de Igrejas de que o DNPM teria concedido alvarás de exploração em áreas indígenas.

Segundo o relatório, a superfície atribuída aos territórios indígenas em 1981 totalizava 17.112.461 hectares, correspondendo a 28 unidades. Destas áreas, apenas 11 estavam demarcadas e apenas quatro foram homologadas naquele ano. De lá para cá, 16.401.986 hectares foram acrescentados a este total na região Amazônica — quase 100 por cento de crescimento nas áreas originalmente detectadas em 1981. Utilizando mapas da Fundação Nacional do Índio, sobre os quais foram registradas as ocorrências de minerais descobertas pelo Projeto Radam, o relatório aponta que na região conhecida como Cabeça do Cachorro, no Alto Rio Negro, haviam sido concedidos 14 alvarás de pesquisa, "todos fora de áreas indígenas".

Em 14 de março de 1986, o DNPM recebeu um ofício da Funai, assinado pelo então Presidente Apoena Meirelles, solicitando que não fossem mais concedidos "alvarás de pesquisa nesta área". O documento destaca que 7.867.200 hectares de terras foram acrescentadas às reservas indígenas, sem atentar "que aí se desenvolvia com sucesso pesquisa de ouro e outros metais nobres, por empresas brasileiras de mineração legalmente constituídas para tal".

O fato de que estes alvarás foram concedidos em área de fronteira, onde é necessária "a prévia autorização do Conselho de Segurança Nacional", é destacado no relatório. As outras áreas também se encontram na mesma situação "por força da expansão e territorial das áreas indígenas", segundo afirma o documento.

O relatório se encerra com diversas recomendações. A primeira delas é a de que se solicite à Funai dados confiáveis sobre as áreas indígenas para controle do DNPM. A precariedade dos

ÁREAS INDÍGENAS EM 1981



Em 1981, todos os territórios indígenas totalizavam 17.112.461 hectares...

mapas da Funai, em escala 1:1.550 mil, é destacada em todo o documento como um dos obstáculos para um controle efetivo da concessão de alvarás em áreas indígenas.

O segundo ponto levantado é o de que os alvarás já concedidos sejam mantidos "nas áreas indígenas ampliadas pela Funai". No relatório é destacado o fato de que as terras indígenas foram ampliadas sobre os alvarás de pesquisa concedidos pelo DNPM. "Estas áreas foram ampliadas sem maiores esclarecimentos ao DNPM," acentua o documento.

O terceiro ponto recomendado é o de

que se implemente "imediatamente", o decreto que torna possível a mineração racional nos territórios indígenas com população aculturada. Também se recomenda que as eventuais ampliações de áreas indígenas sejam feitas através de uma ampla consulta às outras áreas de administração federal "notadamente o Ministério das Minas e Energia, em virtude das implicações relacionadas aos recursos energéticos e minerais da nação."

O documento solicita, por fim, "critérios aceitáveis" para a ampliação ou redução das áreas indígenas e sugere também que se contrate a Companhia

ÁREAS INDÍGENAS EM 1986



Mas em 1986, cresceram mais de 16 milhões de hectares só na Amazônia

de Pesquisa de Recursos Minerais ou o IBGE, "através do Radam", para estabelecer, "através da análise sistemática de imagens de satélites e de radar, com o apoio de fotos aéreas e checagem de campo, as áreas com indiscutível atividade indígena".

As coincidências apontadas pelo relatório do DNPM não causaram surpresa aos órgãos de segurança, segundo um militar de alta patente.

— A maioria das reservas criadas neste período surgiram a partir dos trabalhos obtidos pelo Projeto Radam que, entre 1970 e 1974, realizou um amplo levantamento por radar e aerofotogrametria. As organizações internacionais

tiveram uma forte participação neste processo de ampliação de reservas, através de pressões exercidas junto aos organismos de desenvolvimento, inclusive o Banco Mundial.

A atuação de missionários nestes locais também foi destacada pelo militar, que defendeu a exploração das reservas minerais "com pagamento de royalties" nas áreas indígenas. A reserva Yanomami, que fica ao Norte do Rio Negro e ocupa parte do Território de Roraima, foi citada, explicitamente, como "resultado de fortes pressões exercidas por grupos interessados em retirar do Brasil estes recursos minerais extensos".